

I Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVI Jornadas de Investigación Quinto Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009.

A ação do educador social em tempos de reificação da solidariedade e da ética.

Souza Neto, João Clemente.

Cita:

Souza Neto, João Clemente (2009). *A ação do educador social em tempos de reificação da solidariedade e da ética. I Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVI Jornadas de Investigación Quinto Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-020/399>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eYG7/Hd2>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A AÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL EM TEMPOS DE REIFICAÇÃO DA SOLIDARIEDADE E DA ÉTICA

Souza Neto, João Clemente
UNIFIEO. Brasil

RESUMEN

Este trabalho problematiza a questão da formação e do campo de atuação do educador social, por meio de depoimentos, com base na teoria da práxis, e constata que as virtudes e vícios neste processo são transformados em mercadorias.

Palabras clave

Práxis Educador Social Coisificação

ABSTRACT

THE EDUCATOR'S SOCIAL ACTION IN TIMES OF REIFICATION OF SOLIDARITY AND ETHICS

This paper problematizes the issue of training and field performance of the social educator, through testimony, based on the theory of practice, and notes that the virtues and vices in this process are transformed into goods.

Key words

Social educator Praxis Reification

O desafio deste artigo é problematizar, por meio de estudo de caso, a formação do educador social, num cenário contraditório em que o mercado se arroga, cada vez mais, o direito de determinar os princípios e as decisões referentes à vida, a favor do capital. Neste jogo de forças, a ética, a religião, a vida e todos os bens públicos transformam-se em mercadorias, até sentimentos e afetos. É uma sociedade em que as relações e a coesão social ocorrem mais em função da dinâmica do consumo do que dos valores morais. O que se espera do outro são benefícios materiais. A durabilidade de uma relação está vinculada aos ganhos econômicos. Os ganhos afetivos e morais são cada vez mais frágeis.

O capitalismo gera uma parte significativa de todas as mazelas de que são vítimas as famílias e as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Estado, empresários, mercado e organizações, como fábricas de produção da criminalidade e desigualdade social, contratam educadores para cuidar de suas vítimas. Este é o paradoxo das ações de solidariedade e é o que faz o educador social ficar dividido entre os interesses do mercado e das instituições e seu compromisso ético com os educandos.

O mal-estar do educador social advém do enfrentamento das contradições entre o ajudar efetivamente a criança a se libertar e a reprodução e fortalecimento dos interesses institucionais e mercadológicos. A criança e o adolescente sentem essa situação, mesmo sem compreendê-la, e reagem de forma inorgânica, o que os fazem mais vítima do que outra coisa. Daí as reações violentas e agressivas próprias daqueles que perdem a capacidade de sonhar e de ter esperança, uma espécie de maldição que atravessa gerações. O ser humano não é uma coisa e não se pode tratá-lo como tal.

Diante do fato de que a sociedade e o mercado necessitam de princípios éticos e democráticos para sobreviver, os programas sociais e a ação do educador social aparecem como formas de operacionalizar os discursos públicos e privados. Contudo, entendemos que nesse cenário de contradições, mais do que avaliações metafísicas e críticas, é necessário apontar os problemas e fortalecer as experiências de justiça, ainda que tênues. Estas apontam para possibilidades de solução dos problemas gestados pela relação entre sociedade, mercado, Estado e indivíduos.

Na medida do possível, as práticas do educador social e de outros operadores da solidariedade precisam fortalecer o compromisso ético mais do que a simples divulgação de princípios de moralidade

e de captação de recursos financeiros, políticos e sociais.

Este texto tem a finalidade de problematizar a práxis e a formação do educador social. A respeito dessa temática, gostaríamos de recolocar que Marx, Engels, Lênin, Luxemburgo, Gramsci e Lukács oferecem indicadores para a busca de soluções. Nesta base teórica, a práxis e a formação do educador emergem de uma síntese de múltiplos fatores contraditórios. A formação, para os pensadores da práxis, não é um processo burocrático, uma ação mecanicista de ensino e aprendizagem, e sim uma relação dialética. A prática pedagógica deve ser sempre uma relação ativa entre professor e aluno, educador e educando. "Daí ser possível dizer que a personalidade histórica de um filósofo individual é também dada pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que ele quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e - obrigando-o a uma permanente auto-crítica - funciona como professor." (Gramsci, 1984:37.)

A formação e a atuação do educador ocorrem num contexto cultural de verdades já consolidadas e de novas exigências, colocadas a partir de demandas sociais. Disso resulta que sua capacidade é de empreender nas potencialidades individuais sensibilidades e oportunidades para transformar a si, seu entorno e o coletivo. Esta postura é da ordem intelectual e moral.

1. QUANDO O MERCADO SEQUESTRA O COMPROMISSO ÉTICO

No cenário globalizado, comunicações em tempo real atingem simultaneamente todas as distâncias geográficas, com impactos sobre a cultura, a economia, a política, as ciências, a educação, a religião e a ética. Diante das mutações no mundo do trabalho, do desemprego e do avanço da ciência e da tecnologia, levadas pela sensação de impotência e incapacidade de modificar a realidade, milhares de pessoas se perguntam todos os dias sobre como devem organizar suas vidas, como devem se comportar, para que o mercado não as engula e para que não se tornem presas dele. Em síntese, esta é sua questão: "Neste mundo de condutas anti-éticas, o que devemos fazer para enfrentar o caráter corrosivo da sociedade capitalista que tem como marca a indiferença e a falta de confiança? Como demonstrar compromisso com o outro? Afinal, quem de fato precisa de nós, e de quem nós precisamos? Num contexto, em que o reino da necessidade interfere brutalmente na consciência e no comportamento das pessoas, como ter uma postura ética?"

A história demonstra que as mudanças ocorrem a partir das realidades nas quais as pessoas têm que produzir para satisfazer suas necessidades materiais e imateriais. Comer, beber, dormir, vestir e morar são necessidades vitais, mas a sociedade de consumo cria outras necessidades imateriais, nascidas do desejo, que ganham forma e fazem com que as pessoas percam um pouco sua capacidade humanizadora e se transformem em consumidores contumazes. De uma ou de outra forma, são pessoas que se sustentam de um narcisismo patológico que as impede de ver o bem-estar do outro e, de certo modo, seu próprio bem-estar.

Há certa ambiguidade entre a existência humana e a realidade financeira. Quase sempre, as exigências do mundo financeiro impõem determinações ao conjunto da existência humana. Essa ambiguidade aparece na sociedade brasileira entre a lógica do mercado e a lógica política. No reino da política, há possibilidade de criar mecanismos de resistir ao mercado para poder garantir a plenitude da vida. No pensamento grego, a política deveria ser a expressão da ética, e não a forma de garantir o acúmulo de riquezas em detrimento da vida. Hoje, diante do que assistimos no Brasil e no mundo, vemos o imperativo da lógica do mercado sobre a lógica da política.

O resultado dessa equação é o fortalecimento da antiética e a corrupção. A vida perde importância e a mercadoria ganha um estatuto de divindade. Em cada esquina, vemos o sagrado (a vida) se ajoelhar diante da mercadoria, implorando afeto e compaixão. Como a mercadoria não tem esses sentimentos, no seu jogo sedutor, ela lança humanos contra humanos que destroem a vida uns dos outros, como se tivessem incinerando lixo. Nesse jogo de aparência neoliberal, a vida nada vale, a miséria, a pobreza, a violência, o sofrimento humano, as tragédias são transformadas em ganhos mercadológicos. As questões sociais e institucionais são reapropriadas e ganham outras funcionalidades. O que é ex-

ção deixa de sê-lo. Assim, o mau atendimento nas áreas da saúde, da assistência, da educação, tudo isso se transforma numa ação planejada, o que significa que o mercado se apossou da política.

Nossa certeza é de que não podemos legitimar nenhuma prática de exploração, pois esta sempre nega a vida. Neste campo, é necessário fortalecer um trabalho solidário de esclarecimento, por meio de uma prática pedagógica fundada numa ética da amizade (Gramsci, 1981). Não somos ingênuos ao ponto de acreditar que somente se beneficiariam dessa prática os pobres e excluídos do sistema. Precisamos assumir um compromisso fundado num pacto corporativo. "O capitalismo precisa de democracia e civilidade, o que significa que deve democratizar suas práticas e civilizar seus executivos" (Barber, in Giddens, 2001:390).

Entendemos que a educação tem o papel de formar seres humanos capazes de confiar e de respeitar o outro, de saber-ser, saber-fazer, saber-aprender, saber-conviver. São princípios norteadores da formação do educador e dos educandos, que se devem estender a todas as relações humanas. A formação é permanente e se desenvolve na práxis, sobretudo na construção da condição humana. Por esse aspecto, no mundo globalizado, a questão social recoloca a problemática da produção e distribuição da riqueza. As múltiplas transformações sociais e tecnológicas que atravessamos exigem de todos e das organizações sociais mudanças atitudinais. Aprender significa saber transformar e organizar o cotidiano e a história, não só como quem recebe, mas como ser que atribui à vida e aos acontecimentos diferentes sentidos.

Cabe ao educador transformar as informações em conhecimentos que ajudem os educandos a encontrar o sentido da vida e, com isso, a evitar ações que promovam a barbárie. É preciso, porém, tomar cuidado para não fazer da formação do educador uma panacéia que responda a todos os desafios do processo educacional da população marginalizada. Devemos nos lembrar de que o debate sobre a educação ocorre numa via de mão dupla, constituída pelas aspirações do indivíduo e pelas crises do tecido social, com raízes na estrutura econômica e num projeto político que tem como conseqüências a exclusão e a dominação.

Pensar a formação do educador social significa contribuir com as instituições educacionais e cuidadoras de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e em conflito com a lei. Sua práxis pressupõe um projeto político-pedagógico que tenha a finalidade de enfrentar as diferentes patologias comportamentais advindas do contexto social e psicológico do educando. Deve o educador social tomar consciência de que é referência para aqueles que vivenciaram a dura experiência do abandono.

Uma das dimensões da educação social é a politicidade, isto é, a capacidade de desenvolver habilidades de conhecimento e de aprendizagem fundadas na interação entre sujeito, objeto, realidade e compromissos éticos. Concebemos politicidade como a habilidade humana de saber pensar, agir e intervir na busca constante de espaços de autonomia individual e coletiva. Ela propicia à práxis do educador social habilidade para resistir a influências desumanizadoras. Mais do que transmissão de conhecimentos, é preciso saber aplicar os conhecimentos para alterar a realidade social (cf. Giddens, 2002:159).

O processo de aprendizagem repercute sobre as relações sociais, humanas e até mesmo naturais, que se encontram em constante mutação. É necessário ao educador social apropriar-se criticamente de certas leituras e análises da realidade e do mundo, no sentido de saber pensar o pensado e de ultrapassá-lo. Essa atitude exige dele e do educando uma constante reflexão sobre as diferenças, conscientes de que, isoladamente, ninguém pode deter o conhecimento e a verdade, nem mesmo em tempo de capitalismo fetichizado. Às vezes, temos a sensação e a concretude por meio dos fatos de que nossos esforços e lutas são sempre comandados e capturados pelo mercado, até o bem e a ética.

"Durante muitos anos, como militante e como educador social, nós lutamos por políticas de direitos e que os pobres não fossem atendidos como um favor. Reivindicamos e pressionamos o Estado a atender as demandas da sociedade organizada, a favor dos necessitados, e que as nossas experiências de atendimento bem sucedidas se transformassem em políticas ou programas sociais.

Em 1988, a Constituição brasileira consagrou o direito à participação da sociedade civil na formulação das políticas sociais. Isto significava que todo cidadão brasileiro pode participar da formulação dessas políticas e que as organizações da sociedade civil que desejassem pode estabelecer convênios com o Estado para garantir os direitos e, ao mesmo tempo, criar metodologias e práticas diferenciadas de atendimento, uma vez que o Estado tem que pensar a gestão da cidade como um todo. A aprovação das novas leis parecia ser um ganho para a sociedade civil, mas o que percebemos hoje é que o Estado quer controlar a sociedade e vigiá-la a favor de alguns. Os convênios têm editais fechados que impossibilitam qualquer inovação. As organizações se tornam prisioneiras do Estado. Criam grupos de funcionários, que o Estado exige, e afastam a comunidade. Os programas ficam isolados. Os técnicos da prefeitura que supervisionam as atividades transferem um pouco de sua responsabilidade para os educadores e outros profissionais, decidem tudo com eles, esvaziando por completo a organização. As diretorias dessas organizações se tornam apenas burocratas que cumprem as ordens dos funcionários do Estado, assinam cheques e documentos que não podem alterar, nem uma vírgula. E ainda são ameaçados pelos funcionários públicos, pois, sem a assinatura, não terão a verba. Os dirigentes se angustiam por causa dos compromissos com os usuários e os funcionários. Os convênios, pela forma com que estão estabelecidos, desmobilizam as comunidades, pois tratam as organizações como empresas ou órgãos públicos. O Estado, por outro lado, se exime da responsabilidade e joga todo o peso na organização que não tem nem mesmo o direito de escolher seus funcionários. Não basta ter competência técnica, é necessário ter um pouco o espírito da organização. Na seleção dos candidatos, os técnicos da Prefeitura escolhem e exigem a contratação de pessoas alheias aos princípios da organização. Se a Constituição estabeleceu a participação como uma das manifestações concretas da democracia, por outro lado, ao estabelecer as parcerias com os grupos organizados, desmobiliza quase completamente a sociedade civil. Os espaços públicos de participação são preenchidos por lideranças que se profissionalizaram por meio de cursos e que se vêm obrigadas a defender seu emprego, financiado pelo próprio poder público. Além disso, os educadores são prisioneiros dos interesses das agências de financiamento. Nesse jogo, o que menos interessa é o bem-estar da criança. Dirigentes, órgãos públicos, educadores e empresas disputam interesses ideológicos e econômicos, ficando para segundo plano as crianças. A pergunta que gostaríamos de fazer é como atuar nessa situação em que os órgãos públicos financiam a violação de direitos." (Depoimento de Bernardo, educador social.)

A ação educacional envolve partilha de expectativas, ilusões, desilusões, realizações, dores, empolgamentos, fracassos, êxitos e buscas de saídas. Essa dinâmica abre caminhos para descristalizar conceitos que afastam do contato com a realidade e com o outro. À medida que se revelam, sujeitos e objetos tornam-se protagonistas, auto e interconstrutores. Tal movimento altera tanto a vida do educador quanto do educando. Nessa dinâmica, a educação social ou não-formal tem influenciado o processo de transformação dos programas e das práticas assistencialistas em possibilidades educacionais. Aos poucos, esses programas vêm-se transformando em políticas públicas.

A educação social pode propiciar as condições para recriar categorias analíticas, melhorar a qualidade e a compreensão do processo educacional, desde que a formação do educador social seja permeada pelo compromisso com a ética. Este se forma e se consolida na ação, na reflexão e na participação, em espaços de estudo e análise da realidade e da própria atuação. Dotado de presença organizativa, o educador social se aproxima da figura do intelectual orgânico, desenvolvida por Gramsci. Ele pode ampliar as possibilidades e oportunidades de autoconhecimento e descoberta que repercutem na transformação e construção de valores e hábitos culturais.

A práxis contribui para superar a irracionalidade da cultura de subserviência e exploração que impregnam o cotidiano dos excluídos. A exclusão pela exclusão pode impedir o avanço de uma cultura democrática. Ela pressupõe o engajamento do educador. Quando o educador social ajuda o educando a elaborar um projeto de vida, está, de fato, sistematizando um conjunto de experiên-

cias fragmentadas e desconexas. O equilíbrio resultante vem carregado de sentidos para a vida e para a caminhada rumo a um processo humanizador.

Sem esse compromisso, o educador social terá grande dificuldade para lidar com crianças e adolescentes que vivem nos bolsões de miséria, em situação de vulnerabilidade, produzindo um saber diferente do saber oficial, que a pedagogia tradicional não consegue sistematizar.

2. O COMPROMISSO ÉTICO DO EDUCADOR

A reflexão sobre a ação do educador social passa pela questão do transfazer do sujeito. As pessoas podem negar sua história, mas não podem excluí-la, porque, nessa processualidade, apropriam-se de novos elementos e dão à vida um novo sentido. Geralmente, o prefixo *trans* significa negar sem excluir, para ver além do primeiro nível da realidade e romper com as análises lineares. Viajamos mais pela dialeticidade da concepção de sujeito do que pela ótica da linearidade que o coisifica, reduz a produto ou mercadoria e tolhe suas possibilidades.

Por essa perspectiva, os espaços de proteção, conforme estabelece o ECA, têm como objetivo ajudar a criança e o adolescente, que são definidos como um feixe de pulsões e de imaginação, a serem sujeitos, autônomos, capazes de agir e de “ser agidos”, de comandar e de ser comandados, aprender a extrair energia das adversidades. Esta visão extravasa a simples interiorização das normas, regras e instituições. É também transformá-las. Este é o papel do sujeito (Souza Neto 2002:172).

“Depois de muitos anos de participação e de reivindicação, de construção de um ordenamento jurídico que alterasse as práticas sociais, a Prefeitura abriu editais para se fazer parceria. Entre nós, surgiu um impasse, se deveríamos fazê-la ou não. Fizemos um longo debate, e avaliamos que não poderíamos entregar o resultado de nossas lutas nas mãos de qualquer grupo ou pessoa. Acreditávamos que estávamos mais habilitados para implantar certos programas decorrentes do ECA. À medida que começamos a desenvolver os trabalhos de atendimento, deixamos um pouco de lado a militância e, sem perceber, o aparato burocrático do Estado foi nos engolindo. A sociedade foi ficando mais frágil e desmobilizada, porque não se produz liderança de um dia para o outro. São necessários vários acontecimentos e tempo para se produzir uma liderança. O Estado da globalização e do neoliberalismo soube se apropriar de um desejo nosso, que era de dar segurança e proteção às crianças, e usou o mesmo discurso para nos atrair. Só que, por trás das palavras estava a desmobilização da sociedade civil, o fortalecimento do mercado e a corrupção com o dinheiro público. Sem saber, muitas vezes, estamos mais ajudando os políticos e os corruptos e até a nós mesmos, do que as crianças. Mais do que nunca, as palavras de Jesus fazem eco. Aquele que acolhe uma criança é a mim que acolhe. No caso dos políticos, aquele que acolhe uma criança aumenta suas riquezas materiais. Mas não podemos perder a esperança, porque nesse emaranhado é que a vida acontece. Só precisamos compreender melhor esse jogo, para jogarmos em favor da vida. Dom Luciano dizia que o menor é um profeta. No sentido que ele dizia, ainda continua a ser, porque, se nós deixarmos clara a situação em que as crianças estão envolvidas, vamos descobrir os erros e enganos. O Estado, que é o produtor e que garante os direitos, é também o que financia a violação dos direitos, para servir à corrupção e ao mercado.” (Depoimento de militante da Pastoral do Menor.)

Na formação do educador, a pedagogia social assume o papel de retomar qualidades humanas perdidas ou deixadas à margem da história e de repensar concepções e práticas daqueles que, muitas vezes, se rebelam contra processos de exploração, sendo tratados como delinquentes e criminosos. O educador se encontra perante o desafio de ajudar a elaborar projetos pessoais e sociais que recuperem toda uma cadeia de perdas e danos pessoais e sociais.

Por esse olhar, ainda que o mercado sequestre nossos sonhos e faça dele mercadoria, não devemos perder a esperança, e sim retomar sempre nossa capacidade imorredoura de seres humanos e humanizar as nossas práticas.

BIBLIOGRAFIA

- BARBER, B.R. (2007). Como civilizar a sociedade e fortalecer a democracia. In Giddens, Anthony (2007). O debate global sobre a terceira via. São Paulo: Unesp.
- BECK, U. (1999). O que é globalização? São Paulo: Paz e Terra.
- BOWLBY, J. (2002). Formação e rompimento dos laços afetivos. São Paulo: Martins Fontes.
- CALIMAN, G. (2006). Desvio social e delinquência juvenil. Brasília: Universa.
- DEMO, P. (1988). Participação e Conquista. São Paulo: Cortez.
- FREIRE, P. (1994). Pedagogia da esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1981). Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FOUCAULT, M. (1981). A microfísica do poder. São Paulo: Graal.
- GIDDENS, A. (2002). Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar.
- GRAMSCI, A. (1984). Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RIFKIN, J. (1995). O fim dos empregos. São Paulo: Makron.
- SILVA, R. (1997). Os filhos do governo. São Paulo: Ática.
- SOUZANETO, J. C. (2002). Crianças e adolescentes abandonados, estratégias de sobrevivência. São Paulo: Expressão & Arte.
- SOUZANETO, J.C. (1993). De menor a cidadão. São Paulo: Nuestra América
- SOUZANETO, J.C. (2003). A trajetória do menor a cidadão. São Paulo: Expressão & Arte.
- VELHO, G.. (1999). Desvio e divergência. Rio de Janeiro: Zahar.
- WINNICOTT, D.W. (1995). Privação e delinquência. São Paulo: Martins Fontes.